



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

INTRODUÇÃO

O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente setorial mais desafiador para a indústria de proteína bovina, caracterizado pelo início do ciclo de restrição na oferta de animais, elevação estrutural do custo da matéria-prima e maior volatilidade nos mercados doméstico e internacional. Nesse contexto, a Companhia concentrou seus esforços na execução disciplinada de sua estratégia, com foco em eficiência operacional, gestão rigorosa de capital e fortalecimento da geração de valor sustentável.

Mesmo diante desse cenário, a FriGol apresentou crescimento relevante de receita, expansão expressiva de EBITDA e manutenção de estrutura de capital equilibrada. O desempenho do exercício reflete a consistência do modelo de negócios, a evolução dos processos industriais, o aprimoramento do mix comercial e a capacidade da Companhia de adaptar-se rapidamente às condições de mercado.

Ao longo do ano, mantivemos prioridade na disciplina financeira, no controle de riscos e na preservação de liquidez, assegurando plena conformidade com nossos compromissos financeiros. Paralelamente, avançamos na consolidação de iniciativas estruturais voltadas à eficiência produtiva, diversificação de mercados e fortalecimento da governança corporativa.

A Administração entende que os resultados alcançados em 2025 reforçam a resiliência do modelo operacional da Companhia e sua capacidade de atravessar ciclos setoriais com equilíbrio entre crescimento, rentabilidade e prudência financeira.

1. Dados Gerais

O exercício de 2025 foi marcado pela consolidação da evolução operacional e financeira da Companhia em ambiente setorial desafiador.

A Receita Bruta atingiu R\$ 4,5 bilhões (+22%) e a Receita Líquida totalizou R\$ 4,3 bilhões (+22%).

R\$ mil	2025	2024 Reapresentado	Δ% 25x24	2023	Δ% 25x23
Receita bruta de vendas	4.460.389	3.663.229	22%	3.260.191	37%
Impostos e deduções s/vendas	(116.360)	(104.970)	11%	(100.046)	16%
Deduções e abatimentos	(75.069)	(65.678)	14%	(73.226)	3%
% Receita líquida	4.268.960	3.492.581	22%	3.086.919	38%
% da Receita Bruta	95,7%	95,3%	0,4 p.p.	94,7%	1,0 p.p.

A Receita Líquida em 2025 aumentou 22% quando comparada com 2024, atingindo R\$ 4,3 bilhões contra R\$ 3,5 bilhões respectivamente. As deduções sobre a Receita Bruta reduziram de 4,7% em 2024 para 4,3% em 2025.

O EBITDA somou R\$ 323,9 milhões (+81%), com margem de 7,6%.	O Lucro Líquido foi de R\$ 156,7 milhões (-28%), influenciado principalmente por efeitos fiscais não recorrentes registrados em 2024.
--	---

EBITDA: R\$ 323,9 milhões (+81% vs. 2024 R\$ 179,0 milhões)

Lucro Líquido: R\$ 156,7 milhões (-28% vs. 2024 de R\$ 216,9 milhões)

Margem EBITDA: 7,6% (+2,5 pp vs 2024 5,1%)

Margem de Lucro Líquido: 3,7% (-2,5 pp vs 2024 6,2%)

2. Cenário Macroeconômico e Setorial

Fornecimento de Matéria-Prima: Bovinos

Em 2025, especialmente no 4T25, iniciou-se um novo ciclo de restrição na oferta de bovinos para abate, impulsionado pela maior retenção de fêmeas e recomposição gradual dos plantéis. Ainda assim, o ano registrou o segundo maior volume de abates da série histórica. O movimento resultou em escalas mais curtas e intensificação da competição pela matéria-prima.

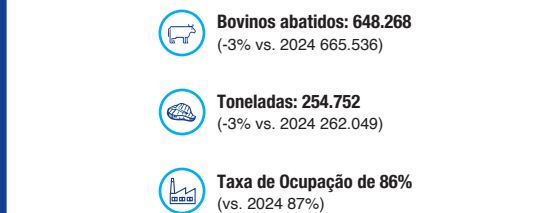
A demanda permaneceu firme tanto no mercado interno quanto nas exportações, sustentando os preços ao longo do período. No cenário internacional, fatores geopolíticos, ajustes de oferta em relevantes países produtores, oscilações cambiais e rearranjos comerciais entre grandes blocos influenciaram o ambiente competitivo.

Esse contexto consolidou o Brasil como fornecedor estratégico global de proteína bovina, mantendo o fluxo de exportações, porém com maior volatilidade nos preços internacionais. A arroba do boi gordo permaneceu em níveis elevados e instáveis, refletindo o desequilíbrio entre oferta e demanda. Diante desse cenário, o ano exigiu elevada disciplina operacional, eficiência na gestão das escalas de abate e rigor no controle de custos, especialmente frente ao aumento da matéria-prima.

O exercício foi marcado por restrição de oferta no ciclo pecuário e elevação da arroba bovina (média CEPEA/B3 de R\$ 313,9 em 2025 vs. R\$ 255,7 em 2024).

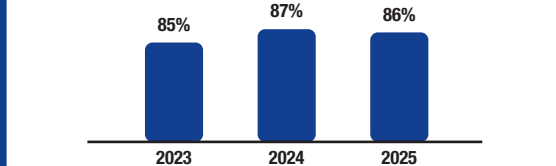
3. Desempenho Operacional

Destaques operacionais:



No exercício de 2025, registramos uma **redução de 3% no total de cabeças abatidas**, alcançando 648,3 mil cabeças, reflexo dos efeitos iniciais do Ciclo Pecuário de baixa disponibilidade de animais para o Abate.

Ainda assim, a **taxa média de utilização das plantas atingiu 86%**, mesmo após o **incremento da capacidade de abate em 100 animais por dia** em relação a 2024, evidenciando maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos ativos produtivos.



Nossas fábricas de carne bovina in natura são certificadas no programa Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP) e na norma global de Qualidade e Segurança de Alimentos BRCSG FOOD. As unidades são auditadas por um organismo certificador independente e, em 2025, conquistamos as grades máximas AA em Água Azul do Norte, AA em São Félix do Xingu, e grade A em Lençóis Paulista. O símbolo + é concedido às unidades que passaram por auditoria não anunciada.



Destaques mercado interno 2025:

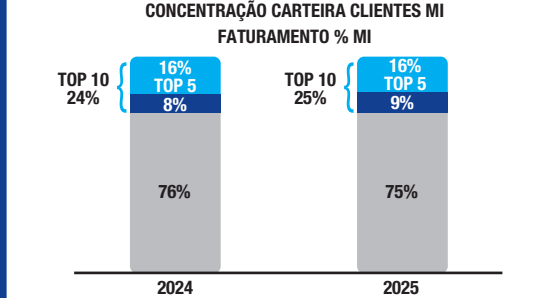


Como reflexo direto de nosso posicionamento estratégico, as vendas das linhas de produtos de valor agregado apresentaram crescimento de **11% em 2025**, evidenciando a consolidação da companhia nesse segmento e a assertividade das decisões comerciais adotadas.

Destaca-se, também, a evolução consistente do Projeto **Açoque Completo**, que registrou aumento de **15% no volume comercializado** em relação ao ano anterior. Desenvolvido em parceria com redes supermercadistas, o projeto tem se consolidado como um relevante diferencial competitivo, ao oferecer **consultoria especializada, treinamentos técnicos e planos de ação estruturados**, com foco na melhoria da exposição dos produtos e na experiência do consumidor no ponto de venda.

Ao longo de 2025, **2.676 clientes** foram atendidos com produtos dessa linha, e o exercício foi encerrado com **65 lojas operando com serviços técnicos especializados da companhia**, ampliando nossa presença no mercado e reforçando a proposta de geração de valor para clientes e parceiros.

Os resultados alcançados reforçam a **eficácia da estratégia adotada**, bem como o compromisso da empresa com **inovação, proximidade com o cliente e crescimento sustentável no mercado interno**.

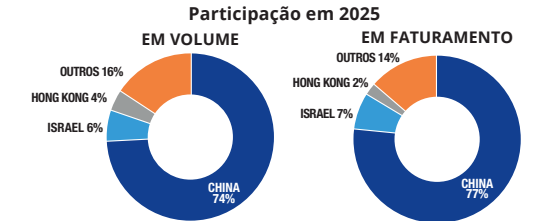


A companhia manteve uma alta liquidez e uma baixa concentração de receita. Os cinco maiores clientes no mercado interno representam apenas 16% do faturamento total, e os dez maiores, 25%.

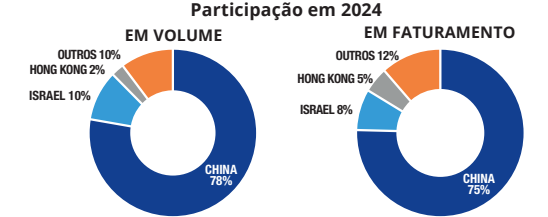
Destaques mercado externo 2025:



Participação em 2025



Participação em 2024



Mercado externo

Em 2025, o mercado externo manteve papel estratégico na performance da Companhia, com **exportações totais de 85 mil toneladas**, representando um **crescimento de 4% em relação a 2024**.

A **China permaneceu como o principal destino**, concentrando **74% do volume exportado** e **77% do faturamento**, com **63.279 toneladas embarcadas e receita de USD 339,9 milhões**, o que representa um **crescimento de 23% frente a 2024**, refletindo tanto o aumento de volume quanto a sustentação de preços.

As exportações para **Israel totalizaram 5.047 toneladas**, com **faturamento de USD 32,1 milhões**, registrando uma **redução de 6% na comparação anual**, em linha com as condições específicas desse mercado ao longo do exercício.

Os **demais mercados** apresentaram desempenho expressivo, com **17.046 toneladas exportadas e faturamento de USD 71,3 milhões**, crescimento de **88% em relação a 2024**. Esse movimento elevou a participação desses mercados para **14% do faturamento total**, evidenciando a evolução da estratégia de **diversificação geográfica** e redução da concentração de risco.

De forma consolidada, os resultados de 2025 reforçam a **solidez da estratégia comercial internacional**, com crescimento sustentável, liderança em mercados-chave e avanço consistente na abertura e consolidação de novos destinos.

4. Desempenho Financeiro

Custo do Produto Vendido

R\$ mil	2025	2024 Reapresentado	Δ% 25x24	2023	Δ% 25x23
Receita Operacional Líquida	4.268.960	3.492.581	22%	3.086.919	38%
Custo do Produto Vendido	(3.649.783)	(3.057.214)	19%	(2.673.483)	37%
% Receita líquida	85,5%	87,5%	(2,0 p.p.)	86,6%	(1,1 p.p.)
Lucro Bruto	619.177	435.367	42%	413.436	50%
Margem Bruta	14,5%	12,5%	2,0 p.p.	13,4%	1,1 p.p.

O Custo dos Produtos Vendidos no ano de 2025 totalizou R\$ 3.650 milhões, ou 85,5% da Receita Líquida. Esse aumento de 19% em relação ao ano anterior foi decorrente principalmente do aumento do preço da arroba bovina CEPEA/SP, que teve a média de R\$ 313,9 em 2025 contra R\$ 255,7 em 2024, mesmo com uma menor quantidade de animais abatidos, com redução de 3%, saindo de 665.536 em 2024 para 648.268 em 2025.

DVGA - Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

R\$ mil	2025	2024 Reapresentado	Δ% 25x24	2023	Δ% 25x23
Despesas com vendas	(264.053)	(262.997)	0%	(244.538)	8%
% Receita líquida	6,2%	7,5%	(1,3 p.p.)	7,9%	(1,7 p.p.)
Despesas G&A	(109.454)	(114.540)	(4%)	(92.169)	19%
% Receita líquida	3,7%	3,9%	(0,2 p.p.)	3,1%	0,6 p.p.
Despesas Totais	(373.507)	(377.537)	(1%)	(336.707)	11%
% Receita líquida	8,7%	10,8%	(2,1 p.p.)	10,9%	(2,2 p.p.)

Houve uma redução proporcional nas despesas com vendas em relação à Receita Líquida, evidenciando a nossa eficiência operacional. Conseguimos diluir as despesas com pessoal por meio de um esforço focado na readequação dos custos, alinhando-nos ao cenário atual de mercado e demonstrando capacidade de adaptação às condições econômicas.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 84,9 milhões, redução de 34% frente a 2024

R\$ mil	2025	2024 Reapresentado	Δ% 25x24	2023	Δ% 25x23
Despesas Financeiras	(146.618)	(110.744)	32%	(110.015)	33%
Receitas Financeiras	44.911	31.342	43%	17.913	151%
Resultado Financeiro	(101.707)	(79.402)	28%	(92.102)	10%
Variação Cambial	16.811	(49.448)	134%	10.044	67%
Resultado líquido	(84.896)	(128.850)	(34%)	(82.058)	3%
% Receita líquida	2,0%	3,7%	(1,7 p.p.)	2,7%	(0,7 p.p.)

Em 2025, a companhia obteve um desempenho financeiro positivo, refletindo as ações estratégicas implementadas, como a reestruturação da dívida e a emissão de CRAs com prazos mais longos. Com um aumento de 43% nos ganhos com aplicações financeiras, fruto do crescimento do saldo de caixa e equivalentes, conseguimos atenuar os impactos do aumento de 46% nas despesas com juros. Esse resultado gerou um impacto favorável no resultado financeiro líquido, que atingiu R\$ (84,9) milhões, representando uma redução de 34% em relação ao ano de 2024 e um crescimento de 3% comparado a 2023.

A companhia segue demonstrando resiliência e eficiência na gestão de sua liquidez, destacando-se pelo bom desempenho mesmo em um cenário desafiador.

Demonstrado abaixo a abertura das despesas financeiras dos últimos 3 anos:

R\$ mil	2025	2024 Reapresentado	Δ% 25x24	2023	Δ% 25x23
Juros com financiamento	(88.684)	(60.679)	46%	(67.634)	31%
Juros com contratos de câmbio	(26.483)	(26.059)	2%	(24.101)	10%
Perdas com aplicações na BM&F	(1.936)	(24)	7.967%	(146)	1.226%
Descontos concedidos	(17.916)	(12.360)	45%	(8.126)	120%
Outros	(11.599)	(11.622)	(0%)	(10.008)	16%
Despesas Financeiras	(146.618)	(110.744)	32%	(110.015)	33%
% Receita líquida	3,4%	3,2%	0,3 p.p.	3,6%	(0,1 p.p.)

5. Reconciliação EBITDA › Lucro Líquido

Custo do Produto Vendido

O EBITDA é indicador não definido pelas normas IFRS/CPC.

EBITDA é uma medida não contábil e não representa caixa gerado pelas atividades operacionais conforme definido pelas normas IFRS/CPC. A Administração utiliza o EBITDA como indicador adicional de desempenho operacional.

A conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA está apresentada abaixo:

R\$ mil	2025	2024 Reapresentado	Δ% 25x24	2023	Δ% 25x23
Lucro (Prejuízo) Líquido	156.702	216.904	(28%)	54.489	188%
(+) IR e CS e Diferidos	55.583	(163.344)	134%	(11.297)	592%
(+) Resultado Finan. Líquido	84.896	128.850	(34%)	82.113	3%
(+) Depreciação e Amortização	25.184	24.674	2%	20.604	22%
(+) Despesas não recorrentes	1.353	665	104%		0%
(+) Doações Incentivadas				874	
(+) Resultado de exercícios anteriores - IRPJ/CSLL subvenções	(76.122)	(28.732)	165%		
EBITDA	323.912	179.016	81%	146.783	121%
Margem EBITDA	7,6%	5,1%	2,5 p.p.	4,8%	2,8 p.p.

O EBITDA de 2025 é o melhor resultado da FriGol, tendo atingido R\$ 323,9 milhões, representando um aumento de 81% sobre 2024, com R\$ 179,0 milhões. Apesar do aumento nos custos de aquisição e de um cenário de preços mais desafiador nas vendas em relação à Receita Líquida, a margem registrou um aumento de 2,5 pontos percentuais (p.p.). Esse desempenho reflete uma melhoria na rentabilidade e eficiência operacional.

6. Fluxo de Caixa e Capital de Giro

O Fluxo de Caixa Operacional foi de R\$ (3,7) milhões (R\$ 192,4 milhões em 2024). A variação decorreu principalmente do aumento do capital de giro, com destaque para impostos a recuperar, variação em contas a receber e estoques.



7. Estrutura de Capital e Liquidez



Alavancagem 1,1x
 (vs. 1,2x 2024)

Caixa: R\$ 323,6 milhões
 (-10% vs. 2024 R\$359,6 milhões)

Estrutura de Capital

R\$ mil	2025	2024 Reapresentado	Δ% 25x24	2023	Δ% 25x23
Dívida Financeira Bruta	693.604	572.360	21,2%	527.154	31,6%
Curto Prazo	298.066	156.600	90%	294.547	1%
Longo Prazo	395.538	415.760	(5%)	232.607	70%
(-) Disponibilidades	323.626	359.584	(10%)	350.916	(8%)
Dívida Financeira Líquida	369.978	212.776	74%	176.238	110%
Ebitda LTM	323.912	179.016	81%	146.783	121%
Dívida líquida/ EBITDA	1,14x	1,19x	(0,05x)	1,20x	(0,06x)

A Companhia manteve uma estrutura de capital sólida ao longo do exercício, preservando um dos menores níveis de alavancagem do setor, com indicador de 1,14x Dívida Líquida/EBITDA em termos contábeis.

Encerramos o exercício com posição de caixa de R\$ 323,6 milhões, equivalente a 47% da dívida bruta total e superior a 100% da dívida de curto prazo, evidenciando elevada liquidez e confortável capacidade de honrar compromissos financeiros de curto prazo sem necessidade de refinanciamento.

A dívida bruta totalizou R\$ 693,6 milhões, dos quais 57% estão classificados no longo prazo, refletindo uma estratégia consistente de alongamento do perfil da dívida. O prazo médio consolidado atingiu 16,2 meses.

Por moeda, o prazo médio das dívidas denominadas em dólar foi de 5,5 meses, enquanto as dívidas em reais apresentaram prazo médio de 26,1 meses, reforçando a gestão ativa do passivo financeiro e a adequação do perfil de vencimentos à geração operacional de caixa.

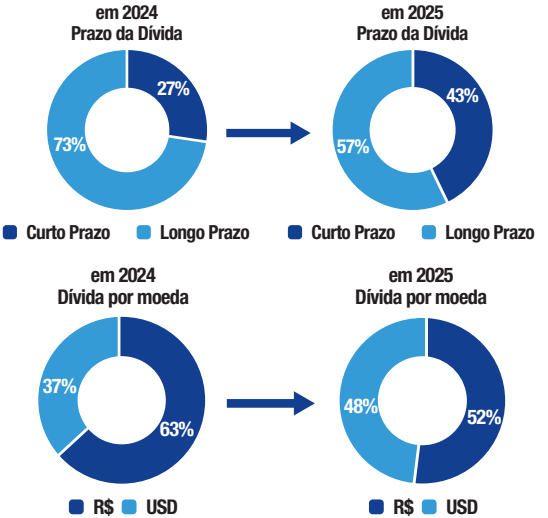
A combinação de baixa alavancagem, liquidez robusta e alongamento do passivo reforça a resiliência financeira da Companhia e sustenta sua estratégia de crescimento com disciplina de capital.

BREAKDOWN DA DÍVIDA

O EBITDA é indicador não definido pelas normas IFRS/CPC.

EBITDA é uma medida não contábil e não representa caixa gerado pelas atividades operacionais conforme definido pelas normas IFRS/CPC. A Administração utiliza o EBITDA como indicador adicional de desempenho operacional.

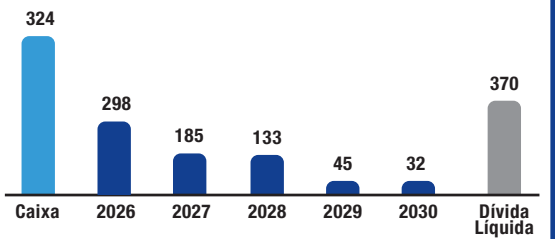
A conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA está apresentada abaixo:



8. Custo Médio da Dívida

Descrição	R\$ milhares	Custo Médio	Prazo Médio (meses)
Dívidas Curto Prazo	298.066		
<i>Part. Endividamento</i>			
Moeda Nacional	58.931	CDI + 3,28%	5,1
Moeda Estrangeira	239.135	VC + 8,07%	6,6
Dívidas Longo Prazo	395.538		
<i>Part. Endividamento</i>			
Moeda Nacional	303.734	CDI + 3,16%	30,1
Moeda Estrangeira	91.804	VC + 7,51%	20,0
Endividamento Total	693.604		18,6
Disponibilidades	323.626		
Dívida Líquida	369.978		
Dívida Líquida/EBITDA	1,14x		

9. Cronograma de Vencimentos



10. Índice de Cobertura de Juros

› Cobertura EBITDA/Resultado Financeiro: 3,8x.

› Covenant mínimo contratual: 1,5x.

11. Política Financeira, Hedge e Derivativos

A Companhia adota política formal de gestão financeira e utiliza NDFs designados como hedge de fluxo de caixa conforme IFRS 9/CPC 48.

Para maiores detalhes, vide notas explicativas.

12. Gestão de Riscos

A atividade da Companhia está exposta a riscos inerentes ao setor de proteína bovina, incluindo riscos de mercado, operacionais, financeiros, regulatórios e socioambientais.

A Administração mantém políticas formais de monitoramento e mitigação desses riscos, com reporte periódico ao Conselho de Administração.

Risco de Preço da Matéria-Prima:

A volatilidade dos preços do gado bovino impacta diretamente o CPV e as margens. A Companhia mitiga esse risco por meio de gestão ativa de origemação, formação de escalas de abate e controle rigoroso de custos industriais.

Risco Cambial:

A exposição decorre da participação das exportações na Receita Líquida e da existência de passivos em moeda estrangeira.

A mitigação ocorre por monitoramento contínuo e utilização de instrumentos financeiros compatíveis com a política financeira.

Risco de Liquidez:

Relaciona-se à necessidade de financiamento do capital de giro.

Ao final de 2025, a alavancagem era

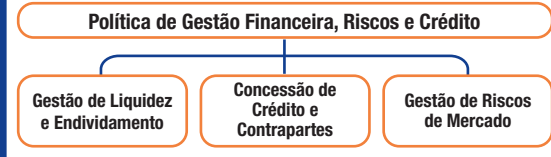
→ continuação

com as novas exigências legais. Os impactos das novas regras tributárias somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação das temas pendentes. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

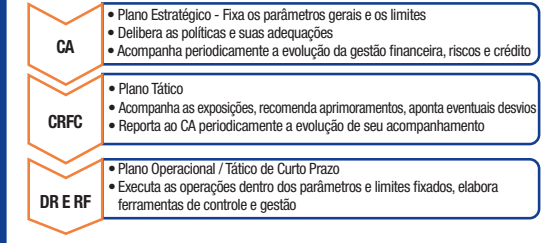
- Caixa e equivalentes de caixa:** São definidos como ativos a valor justo através do resultado. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, mútuos financeiros entre partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** Seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Não foram apresentados por se tratar de diferenças não relevantes com os valores contábeis.
- Empréstimos e financiamentos:** Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes. A Companhia deixou de divulgar, devido aos valores não apresentarem divergência relevante com os valores contábeis.
- 4.A. Gerenciamento de risco financeiro: Visão geral:** Em junho de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do capítulo décimo primeiro da política vigente, a revisão da política de gestão de risco de crédito, mercado e liquidez da Companhia. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros ou de suas atividades operacionais:
 - Risco de crédito;
 - Risco de liquidez;
 - Risco de mercado;
 - Risco operacional.
 Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas informações contábeis.



4.A.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em títulos de investimento. **Contas a receber e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, nestas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. Não existem operações concentradas de venda com um único cliente superior a 10%. A administração estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega a serem oferecidos. Os clientes aprovados são monitorados em plataformas de proteção ao crédito pelo período de três meses, sendo este o mesmo prazo de validade do cadastro. Caso sejam identificadas restrições relevantes frente ao limite de crédito aprovado, é realizada a suspensão preventiva do fornecimento, até que o restritivo seja cancelado ou tenha seu teor anulado por documentos anuentes a serem analisados pela equipe interna. A análise da administração inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Não são adotados limites genéricos de acordo com o segmento de mercado do cliente, como praticado por algumas empresas. Os valores a serem liberados para faturamento são determinados em consequência de uma série de análises. Além das características gerais do negócio são avaliadas também peculiaridades de cada pessoa jurídica sujeita ao processo de avaliação dentre as quais podem ser destacadas:

- Segmento de mercado;
- Mercado interno e mercado externo;
- Histórico de inadimplência;
- Capital social; e
- Tempo de fundação da Companhia.

 Os fatores acima mencionados, além de outros essencialmente subjetivos (contexto econômico, variáveis regionais, sazonalidade de vendas etc.), serviram como base para a determinação do crédito a ser concedido, bem como a manutenção do risco no decorrer do tempo. Através constantes, restrições de crédito em nome da Companhia ou dos respectivos sócios, excesso de devoluções entre outros, poderão incorrer no bloqueio do cadastro, nestes casos o cliente apenas poderá realizar novas compras mediante pagamento antecipado através de depósito em conta corrente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar em base de pagamento antecipado. A concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes. A Companhia não exige garantia para as vendas a prazo. A Companhia estabeleceu uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação as contas a receber de clientes e outros créditos, conforme estabeleceu a Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, Mercado e Liquidez, capítulo 9, item "XV" previsto para perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) critérios de reconhecimento e em conformidade com as políticas do comitê de pronunciamentos contábeis CPC 48 IFRS 09.



4.A.3. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como risco de moeda, taxas de juros e preços de commodities, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Dado que a Companhia tem como moeda funcional o Real, todos os controles e atuação da Diretoria Executiva tem como objetivo principal a preservação do fluxo de caixa na referida moeda, observando a convergência da gestão integrada de todos os demais fatores de risco, ou seja, monitorar de forma sistêmica as exposições da companhia. **Risco de moeda:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda, em geral o dólar americano (USD), nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A Companhia mantém política de proteção cambial sobre as exposições das receitas de vendas ao mercado externo, que representam 56,14% das vendas brutas. A companhia possui política específica para suas exposições em derivativos para proteção das variações no câmbio que possam acarretar oscilações em seus resultados, conforme tabela a seguir:

Mês/ano	Divida líquida bancária (em R\$ milhões)		
	Limite de proteção cambial	Mínimo	Máximo
M-1	80% Carteira de vendas	80%	Carteira de vendas
M-2	70% Carteira de vendas	70%	Carteira de vendas
M-3	60% Carteira de vendas	60%	Carteira de vendas

Proteção cambiais acima de acima de 03 meses após o mês atual de exposição, bem como proteção maiores ou menores que os percentuais supramencionados, poderão ser realizadas desde que previamente avaliadas pelo comitê de riscos, finanças e conformidade. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxas de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa SOFR, CDI e TR, além de eventuais transações com posições pré-fixadas em relação a algum dos indexadores acima mencionados que poderão ocasionar perdas não realizadas e/ou realizadas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). Quanto às aplicações financeiras da Companhia, o indexador é o CDI para operações no mercado interno. Ocorrendo elevação do CDI, os resultados tornam-se favoráveis, enquanto na ocorrência de sua queda, os resultados tornam-se desfavoráveis. A Política instituída para a Companhia, determinou dois pontos específicos sobre as disponibilidades de caixa destinados a aplicação, conforme segue:

- São considerados bancos de primeira linha, aqueles que tenham ratings públicos emitidos pelas principais agências de Classificação de Risco (S&P, Fitch, Moody's), e com classificação mínima BB-
- Até 5% dos ativos de caixa poderão estar em depósitos ou investimentos em contrapartes diferentes dos bancos de primeira linha;
- Não será permitida concentração superior a 25% da disponibilidade financeira em uma única instituição financeira, exceto se autorizado pelo Conselho de Administração.

Risco com commodities: No curso normal de suas operações, a Companhia adquire commodities, principalmente bovinos vivos, que representam o maior componente individual de seus custos de produção. Os preços dos bovinos adquiridos de terceiros estão sujeitos às condições de mercado e são influenciados, entre outros fatores, pela disponibilidade interna e pelos níveis de demanda nos mercados nacional e internacional. A gestão dos riscos associados às flutuações do preço da arroba do boi, principal insumo da Companhia, contempla exposições vendidas e exposições compradas em commodities, as quais são mapeadas mensalmente e reportadas ao CRFC, em conformidade com as diretrizes corporativas estabelecidas. **Exposição Venda em Commodities:** A Companhia possui exposição vendida ao preço da arroba bovina em função de sua operação, considerando a necessidade recorrente de compra de gado para abate em suas unidades. Essa exposição decorre da variação do preço dos bovinos adquiridos de terceiros, os quais estão sujeitos às condições de mercado. As exposições vendidas são mapeadas mensalmente e reportadas ao CRFC. Os níveis de proteção observam limites mínimos e máximos definidos para o mês corrente e para os meses subsequentes, conforme tabela a seguir:

Mês	Limite de proteção commodities (vendo)		
	Mínimo	Máximo	
M-1	50% Carteira Vendida	50%	Carteira Vendida
M-2	40% Carteira Vendida	40%	Carteira Vendida
M-3	30% Carteira Vendida	30%	Carteira Vendida

Proteções de commodities com prazo superior a três meses após o mês corrente de exposição, bem como níveis de proteção acima ou abaixo dos percentuais estabelecidos, poderão ser praticados desde que previamente avaliados e

aprovados pelo CRFC. **Exposição Comprada em Commodities:** A Companhia possui exposição comprada ao preço da arroba bovina, nas seguintes situações:

- I. Aquisição de animais para entrega futura, nas quais o preço do boi é previamente fixado entre a Companhia e o pecuarista, permanecendo a Companhia exposta à variação futura do preço até o momento da entrega.
- II. Aquisição de garrotes próprios ou oriundos de parcerias para engorda em confinamento, na qual a Companhia está exposta à variação do preço futuro do boi gordo no momento da saída do confinamento. Em ambas as situações, a Companhia permanece exposta à variação futura do preço do boi até o momento da entrega dos animais ou da saída do confinamento. Essas exposições são mapeadas mensalmente e reportadas ao CRFC. Como diretriz geral, 100% dos animais adquiridos para entrega futura devem ser protegidos no ato da contratação da transação de compra. Adicionalmente, exposições decorrentes de confinamento de animais próprios ou de parcerias devem ter suas respectivas exposições apuradas, dentro o saldo exposto integralmente protegido em função dos aspectos operacionais, como a definição da escolha de abate, é admitida flexibilidade quanto ao momento da liquidação das posições no mês de vencimento. Proteções de commodities realizadas em percentuais inferiores a 100% das exposições compradas, bem como operações que excedam os limites operacionais estabelecidos, devem ser previamente analisadas pelo CRFC e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as liquidações definidas. **Outros riscos de mercado:** Adicionalmente aos tipos de Hedge mencionados e previstos em política, caso sejam identificadas outras exposições a riscos de mercado, estas deverão ser apuradas e reportadas ao CRFC sendo que eventuais estratégias de mitigação de risco poderão ser submetidas à análise do CRFC e CA e executadas mediante deliberação e aprovação exclusiva do CA. **Instrumentos de proteção de risco de mercado:** Com objetivo de mitigação dos riscos de mercado resultantes das transações financeiras aprovadas e seguintes instrumentos operacionais:
 - I. Contratos futuros; II. Contratos a termo (NDF); III. Swaps (bolsa e/ou balcão); IV. Compras e vendas de opções de compra (CALL) e venda (PUTS) sem alavancagem (ZCC); V. Critério de seleção de operações e contrapartes; VI. Operações preferencialmente realizadas em mercado organizado (bolsa de valores); VII. Operações de balcão apenas com as contrapartes previamente aprovadas; VIII. Operações com corretoras devem ser realizadas exclusivamente com aquelas que sejam vinculadas ou controladas por bancos e consequentemente sujeito ao limite de classificação previsto nesta política; e IX. Operações de venda (PUT options) são proibidas.**Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões gerenciais aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da administração é gerenciar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Diretoria Executiva. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:
 - Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
 - Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
 - Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
 - Documentação de controles e procedimentos;
 - Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
 - Exigências de controles preventivos operacionais e as ações corretivas propostas;
 - Desenvolvimento de planos de contingência;
 - Treinamento e desenvolvimento profissional;
 - Padrões éticos e comerciais; e
 - Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.**Gestão de capital:** A avaliação de risco para gestão de capital tem como objetivo principal garantir a continuidade da operação da Companhia de forma satisfatória, com estrutura capaz de gerar valor aos acionistas com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A principal ação sobre essa gestão decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

5. Representação dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como os saldos iniciais em 01 de janeiro de 2024, estão sendo representadas em decorrência da identificação de erro relacionado ao não reconhecimento de obrigação legal existente à época referente à parcelamentos fiscais. Em conformidade com a norma CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, os saldos comparativos foram ajustados retrospectivamente para refletir o reconhecimento adequado da obrigação, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis.

	31/12/2024	01/01/2024	
	Reapresentado	Ajuste	Original
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	359.584	–	359.584
Contas a receber de clientes	89.043	–	89.043
Estoque	120.189	–	120.189
Ativos biológicos	27.261	–	27.261
Impostos a recuperar	149.696	–	149.696
Adiantamentos a fornecedores	2.716	–	2.716
Derivativos a receber	1.053	–	1.053
Outros créditos	46.136	–	46.136
Total do ativo circulante	795.677	–	795.677
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	137.592	(64.378)	201.970
Impostos fiscais diferidos	212.991	2.274	210.717
Depósitos judiciais	5.658	–	5.658
Adiantamentos a fornecedores	14.334	–	14.334
Partes relacionadas	58.426	–	58.426
Outros créditos	429.001	(62.104)	491.105
Total	278.481	–	278.481
Imobilizado	849	–	849
Intangível	24.387	–	24.387
Direito de uso	303.717	–	303.717
Total	732.718	(62.104)	794.822
Total do ativo não circulante	1.528.395	(62.104)	1.590.499
Total do ativo	3.324.072	–	3.324.072
	31/12/2024	01/01/2024	
	Reapresentado	Ajuste	Original
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Fornecedores	166.446	–	166.446
Fornecedores - partes relacionadas	3.210	–	3.210
Empréstimos, financiamentos e debêntures	156.600	–	156.600
Arrendamentos a pagar	11.810	–	11.810
Salários e encargos sociais a pagar	36.138	–	36.138
Impostos e contribuições a recolher	13.244	3.106	10.138
Adiantamentos de clientes	98.881	–	98.881
Indenizações civéis a pagar	1.159	–	1.159
Dividendos a pagar	19.334	–	19.334
Juros sobre capital próprio a pagar	12.936	–	12.936
Derivativos a pagar	58.536	–	58.536
Outras contas a pagar	58.536	–	58.536
Total do passivo circulante	578.294	3.106	575.188
Passivo não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	415.760	–	415.760
Impostos e contribuições a recolher	34.771	23.551	11.220
Arrendamentos a pagar	13.570	–	13.570
Provisões para riscos processuais	1.419	–	1.419
Indenizações civéis a pagar	2.801	–	2.801
Outras contas a pagar	64.795	–	64.795
Total do passivo não circulante	533.116	23.551	509.565
Total passivo	1.111.410	26.657	1.084.753
Patrimônio líquido			
Capital social	126.935	–	126.935
Reserva legal	22.255	–	22.255
Reserva de lucro a realizar	32.647	–	32.647
Reserva de reavaliação	7.543	–	7.543
Ajustes de avaliação patrimonial	2.140	–	2.140
Reservas de incentivos fiscais	92.605	–	92.605
Outros resultados abrangentes	(12.074)	–	(12.074)
Reserva de lucros	144.934	(88.761)	233.695
Total do patrimônio líquido	416.985	(88.761)	505.746
Total do passivo e patrimônio líquido	1.528.395	(62.104)	1.590.499

Paralelamente, a Companhia seguiu a discussão judicial decorrente da, relacionada à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4395, ajuizada por Abrárgio e Abiec, conforme Processo nº 0001874.82.2010.1.00.000. No momento todos os processos encontram-se suspensos, aguardando a conclusão do julgamento da referida ADI, cuja finalização ainda não possui data definida pelo STF. Caso a decisão final seja favorável ao contribuinte, os registros contábeis pertinentes à recuperação dos valores pagos no Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) serão efetuados oportunamente.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	8	17
Salos bancários	74.859	84.554
Aplicações financeiras	248.759	265.013
Total	323.626	359.584
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras em moeda nacional		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	248.759	265.013
Total	248.759	265.013
A redução de R\$ 36 milhões no saldo de caixa e equivalentes de caixa ao final do quarto trimestre de 2025, em comparação com o encerramento do exercício de 2024, reflete, majoritariamente, o consumo de caixa nas atividades operacionais, conforme evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa elaborada pelo método indireto. No exercício de 2025, o fluxo de caixa operacional foi impactado principalmente pelo aumento da necessidade de capital de giro, decorrente da elevação relevante no custo de aquisição da matéria-prima. O preço médio da arroba apresentou aumento de 26,4% em relação ao preço anterior, o que resultou em maior volume de estoque para formação de estoques, parcialmente compensado pela redução de 2,8% no peso médio dos animais abatidos. Embora a Companhia tenha registrado crescimento de 19,6% na receita líquida no período, tal crescimento ocorreu em giro inferior ao aumento dos custos operacionais, pressionando o capital de giro e gerando consumo líquido de caixa nas atividades operacionais, em razão do descaçamento temporal entre os pagamentos a fornecedores e o recebimento das vendas. Adicionalmente, a maior participação do mercado externo na receita bruta, que passou a representar 56% em 2025, ante 52% em 2024, contribuiu para a redução do prazo médio de recebimento e para o encurtamento do ciclo financeiro, de 20 para 17 dias, em função, principalmente, da utilização de adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACCI/ACE) no momento do embarque. Apesar da melhora observada nos indicadores de giro e no ciclo financeiro, o aumento do preço unitário da matéria-prima elevou a necessidade de capital de giro, de modo que os efeitos positivos sobre o fluxo de caixa operacional não foram suficientes para compensar, no curto prazo, o maior consumo de caixa associado à variação negativa do capital de giro, conforme refletido na Demonstração dos Fluxos de Caixa. As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com contrapartes de baixo risco. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos passivos está apresentada no Anexo 19 - Exposição a Riscos de Mercado financeiros da Companhia foram classificados conforme suas características e intenção em: I) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e II) Custo amortizado, de acordo com a tabela a seguir:		
	31/12/2025	31/12/2024
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	248.759	265.013
Total	248.759	265.013

Frigol S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes no país	122.156	75.564
Clientes no exterior	44.574	16.147
Clientes - Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 13)	–	10.169
Subtotal	166.730	101.880
(-) Provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(12.550)	(12.837)
Total	154.180	89.043

As contas a receber de terceiros no exterior são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações contábeis. A maior participação das exportações na receita total 56% no ano de 2025 se comparado ao ano anterior (em 2024 as exportações representaram 52% da receita), foi o principal fator para a expressiva elevação no saldo de Contas a Receber apresentando aumento de R\$ 65 MM observado no fechamento do 4º trimestre. O prazo maior de recebimento dos clientes implicou naturalmente na elevação dos valores a receber provenientes do mercado externo. Paralelamente, ao longo do exercício, a Companhia reduziu de forma relevante as operações de antecipação de recebíveis do mercado interno, optando pela manutenção de maior volume de títulos em carteira até sua liquidação efetiva. Essa estratégia contribuiu para o crescimento do saldo de clientes, ao mesmo tempo em que resultou em redução expressiva de despesas financeiras associadas a esse tipo de operação, reforçando a disciplina financeira e a eficiência na gestão de caixa. A Companhia, em 31 de dezembro de 2025, não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente. **Contas a receber por idade de vencimento**

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	141.261	76.063
Vencidos	12.919	12.990
Até 30 dias	322	93
De 31 a 60 dias	32	34
De 61 a 90 dias	15	16
Acima de 90 dias	12.550	12.837
Total	154.180	89.043

Movimentação da provisão para Perdas Esperadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	(12.837)	(12.592)
Créditos revertidos	159.487	152.110
Créditos provisionados	(159.200)	(152.355)
Saldos finais	(12.550)	(12.837)

A provisão para Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela administração, diante às eventuais perdas. A despesa com a constituição da provisão para perda foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na Rubrica "Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa" são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título. No período findo em 31 de dezembro de 2025, não foram observadas grandes variações dos saldos do PECLD frente ao encerramento do exercício de 2024. A manutenção dos valores registrados em PECLD demonstra a austeridade de assertividade da Política de Crédito e Cobrança da Companhia, com processos sólidos desde a concessão dos limites, monitoramento das liquidações e ações de recuperação de valores vencidos na carteira. A Companhia não possui nenhuma garantia sobre os saldos em atraso, esgotada a possibilidade de renegociação com o cliente. Inicia-se o processo de cobrança na esfera judicial.

8. Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Cessão de crédito (a)	–	8.075
Despesas a apropriar (b)	11.679	14.843
Indenizações a receber (c)	4.737	4.737
Crédito Banco BTG Pactual S.A. (d)	41.000	73.116
Seguros a apropriar	912	3.346
Outros valores a receber	160	445
Total	58.488	104.562
Circulante	50.198	46.136
Não circulante	8.290	58.426

(a) Crédito com a empresa JSS Com. Atacadista de Carnes Ltda. processo nº 0113041-97.2009.8.20.0001-8ª Vara Cível da Comarca de Natal-RN. O crédito foi liquidado conforme escritura pública eletrônica de venda e compra livro nº 33 fls 022/026 prot. 70844 do 7º Ofício de Notas de Natal/RN no valor de R\$ 4.300; (b) Despesas incorridas na estruturação da emissão de debêntures, Certificado de Recebíveis do Agronegócio (C

27. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmio de crescimento - Incentivo de longo prazo (a)	5.780	12.351
Seguros a pagar (b)	236	2.396
Cessão de crédito (c)	1.034	1.548
Banco BTG Pactual S.A. (d)	42.932	106.592
Outros (e)	551	454
Total	50.533	123.331
Circulante	49.769	58.536
Não circulante	764	64.795

(a) **Prêmio de crescimento - Incentivo de longo prazo** - Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia provisionou o valor de R\$ 12.351 a título de incentivo de longo prazo - prêmio de crescimento, firmado na data de 04 de janeiro de 2022, junto à diretoria executiva estatutária, valores pagos em 2025 R\$ 6.571, saldo em 31 de dezembro de 2025 R\$ 5.780; (b) **Seguros a pagar** - Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldo a pagar de apólices de seguro das indústrias com a seguradora HDI Global Seguros S.A., saldo em 31 de dezembro de 2025 R\$ 236; (c) **Cessão de crédito** - com a empresa Meat Company decorrente de saldo de tributos a pagar modalidade de Refis da Lei nº 12.996/2014, saldo em 31/12/2025 R\$ 1.034; (d) Saldo com o Banco BTG Pactual S.A., decorrente da antecipação da alienação de crédito tributários do IRPJ/CSSL relativo às subvenções governamentais do período de 2012 até 2020, créditos habilitados para compensação junto à Receita Federal. Em contrapartida ao valor devido foi constituído o valor a receber com o próprio agente credor, o valor a receber de R\$ 74.960, já descontado o valor de R\$ 25.000 recebidos em dezembro de 2023. Os pagamentos estão ocorrendo a medida em que a Companhia está compensando seus impostos a pagar, valores liquidados em 2025 R\$ 63.660, saldo em 31 de dezembro de 2025 R\$ 49.932; (e) **O valor em outros se referem ao convênio Senei no valor de R\$ 144** e empréstimos consignados de funcionários no valor de R\$ 407, totalizando o saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 551.

27. Patrimônio líquido

i) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 126.935 representado por 118.304.341 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2024, o mesmo valor e quantidade de ações). ii) **Reserva legal:** A conta de reserva legal foi constituída a razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/1976 exceder 30% do capital social, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. iii) **Reserva de lucro a realizar:** A conta de reserva de lucro a realizar foi constituída nos termos da Lei nº 6.404/1976, e deliberado em Ata de Assembleia geral pelos acionistas no período encerrado em 2025 foi revertido a reserva de lucros a realizar. iv) **Reserva de reavaliação:** constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 31 de dezembro de 2010. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros ou prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. v) **Ajuste de avaliação patrimonial:** A conta de ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para a conta de lucros ou prejuízos acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação, depreciação e baixa dos ativos a que elas se referem. vi) **Reserva de incentivo fiscal:** A conta de reserva de incentivos fiscais foi constituída pelas subvenções para investimentos concedidos pelos governos estaduais a título de créditos presumidos e/ou outorgados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), os quais são concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, conforme Seção II do Capítulo XVI, artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976. Em 16 de outubro de 2024, foi transitado em julgado, Certidão de Trânsito e Termo de Baixa definitiva para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que certifica o direito tributário das Contribuições, Contribuições Sociais, Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido, acordão de fls. 1427 AREsp 2295490/SP (2023/0034690-4). No período encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia gerou R\$ 115.288 de subvenções, porém não fez uso do benefício fiscal. Apresentamos a seguir o saldo das reservas de incentivos fiscais:

(+) Saldo em 31 de dezembro de 2024	92.605
(-) Reversão para reservas de lucro	—
(c) Saldo em 31 de dezembro de 2025	92.605

Não bastasse esse argumento para afastar os benefícios e incentivos fiscais de ICMS da tributação pelo IRPJ e pela CSSL, a Lei Complementar nº 160/2017 alterou a Lei nº 12.973/2014, a fim de deixar claro que todos os incentivos e benefícios fiscais de ICMS são subvenções para investimentos, que não são tributadas pelo IRPJ e CSSL, por força do artigo 38, parágrafo 2º, do Decreto-Lei nº 1.598/1977 e do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014. Os Tribunais Regionais Federais vêm aplicando o entendimento firmado pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça em suas decisões, prevalecendo o entendimento de que os incentivos não podem ser tributados com base na Lei Complementar nº 160/2017, devendo ser cumpridos os requisitos contábeis para a não tributação desses valores, dispostos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014. As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir da data da sua entrega. A Companhia pode estar sujeita à cobrança adicional de tributos, multas e juros em decorrência dessas revisões.

28. Receita operacional líquida

	%	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno (a)	10,4%	1.956.345	1.771.816
Mercado externo (b)	32,4%	2.504.044	1.891.413
Receita bruta	21,8%	4.460.389	3.663.229
(-) Imposto sobre vendas	10,9%	(116.360)	(104.970)
(-) Devoluções e abatimentos (c)	14,3%	(75.069)	(65.678)
Deduções da Receita Bruta	12,2%	(191.429)	(170.648)
Receita líquida	22,2%	4.268.960	3.492.581

(a) Um grande impacto na receita do mercado doméstico se deu pelo aumento de preço, saindo de 9,83 para 11,53 por quilo vendido, trazendo um impacto importante de em torno 288 milhões de reais, já o peso recuou 6%, 169 mil toneladas contra 180 mil toneladas em 2024, um recuo de 6%, impacto negativo de 106 milhões de reais; (b) A performance das exportações foi excelente, aumentando 4,3% no peso comercializado, saindo de 81,8 mil toneladas para 85,4 mil toneladas, com aumento importante no preço já convertido em reais, vindo de 2024 em R\$ 23,51 para R\$ 28,89 em 2025, um aumento de 22,9%, trazendo impacto na receita de 459 milhões de reais; (c) As devoluções e estornos de receita em relação a receita operacional bruta reduzaram 0,1% pp, 1,8% em 2024 contra 1,7% em 2025 se mantendo-se dentro dos indicadores da Companhia.

29. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	31/12/2025	%	31/12/2025	31/12/2024	%	31/12/2025
Custo dos prod. vendidos (a)	(3.649.783)	(85,5%)	(3.057.214)	(87,5%)		
Despesas administrativas (b)	(109.455)	(2,6%)	(114.540)	(3,3%)		
Comercial/Vendas (c)	(264.053)	(6,2%)	(262.997)	(7,5%)		
Total	(4.023.291)	(94,2%)	(3.434.751)	(98,3%)		
Outras despesas (d)	(58.782)	(1,4%)	(18.317)	(0,5%)		
Outras receitas (e)	110.487	2,6%	142.897	4,1%		
Total	51.705	1,2%	124.580	3,6%		

(a) A aquisição de bovinos para abate houve um aumento relevante em termos do custo do gado colocado para a companhia, que saltou 64 reais por arroba, 26,4%, impacto de 735 milhões. Já o volume de bovinos abatidos em 2025 foi menor, 648 mil cabeças contra 665 mil em 2024, 17 mil milhões abatidos a menos pela dificuldade na compra, impacto no peso de carcaças foi de 4,9 mil toneladas em relação a 2024, um impacto na conta de custos de 73 milhões de reais a menos; (b) As despesas administrativas recaíram frente um trabalho de eficiência nos processos trazendo principalmente uma redução de 0,7% sobre a receita líquida; (c) As despesas comerciais/vendas tiveram uma variação pequena e que foi reflexo do maior volume de vendas no período; (d) A variação em outras despesas no período encerrado em 2025, comparado com o mesmo período de 2024 foram decorrentes do provisionamento de contingências tributárias, bem como as provisões de natureza trabalhista, provisões honorários de consultorias e perdas de ajuste a valor justo; (e) A variação em outras receitas no período encerrado em 2025, em relação ao mesmo período de 2024 foram decorrente do crédito extemporâneo do ICMS conforme estabelece o Convênio ICMS nº 109/2024 que trata sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos da mesma titularidade e equiparadas a uma operação sujeita a ocorrência do fato gerador do imposto, foram considerados os benefícios concedidos pelo Estado do Pará, estes convênios no Confaz nos termos da Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio 190/2017 no valor de R\$ 92.505. RPJ/CSSL sobre subvenções no valor de R\$ 10.487, e ainda receita de ressarcimento de sinistros no valor de R\$ 2.728. As demais variações estão destacadas na letra (b) da abertura de despesas e receitas por natureza.: **Despesas e receitas por natureza:** Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza: **Custos dos produtos vendidos:**

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Custo de estoque, matéria-prima e insumos	(3.445.409)	(2.872.728)	
Salários, encargos e benefícios	(186.876)	(167.879)	
Depreciação e amortização	(17.498)	(16.807)	
Total	(3.649.783)	(3.057.214)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas:

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e benefícios	(83.405)	(86.606)	
Depreciação e amortização	(7.686)	(8.067)	
Despesa com comercialização	(64.760)	(58.755)	
Frete e armazenagem	(167.349)	(178.391)	
Despesas gerais com transportes	(6.737)	(6.010)	
Impostos e taxas	(3.337)	(4.573)	
Serviços de terceiros	(17.000)	(12.539)	
Resultado de equivalência patrimonial	(193)	(40.249)	
Outras despesas (a)	(80.663)	(142.898)	
Outras receitas (b)	110.487	142.898	
Total	(320.643)	(252.292)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas: (a) **Abertura do valor de outras despesas**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de natureza trabalhista	(203)	—
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	—	(245)
Provisão de natureza tributárias	(42.403)	—
Provisão de despesas com <i>detention</i> exportação	(390)	—
Provisão despesas com consultorias	(1.914)	—
Despesas de viagens e estadias	(3.081)	(2.953)

29. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	31/12/2025	%	31/12/2025	31/12/2024	%	31/12/2025
Custo dos prod. vendidos (a)	(3.649.783)	(85,5%)	(3.057.214)	(87,5%)		
Despesas administrativas (b)	(109.455)	(2,6%)	(114.540)	(3,3%)		
Comercial/Vendas (c)	(264.053)	(6,2%)	(262.997)	(7,5%)		
Total	(4.023.291)	(94,2%)	(3.434.751)	(98,3%)		
Outras despesas (d)	(58.782)	(1,4%)	(18.317)	(0,5%)		
Outras receitas (e)	110.487	2,6%	142.897	4,1%		
Total	51.705	1,2%	124.580	3,6%		

(a) A aquisição de bovinos para abate houve um aumento relevante em termos do custo do gado colocado para a companhia, que saltou 64 reais por arroba, 26,4%, impacto de 735 milhões. Já o volume de bovinos abatidos em 2025 foi menor, 648 mil cabeças contra 665 mil em 2024, 17 mil milhões abatidos a menos pela dificuldade na compra, impacto no peso de carcaças foi de 4,9 mil toneladas em relação a 2024, um impacto na conta de custos de 73 milhões de reais a menos; (b) As despesas administrativas recaíram frente um trabalho de eficiência nos processos trazendo principalmente uma redução de 0,7% sobre a receita líquida; (c) As despesas comerciais/vendas tiveram uma variação pequena e que foi reflexo do maior volume de vendas no período; (d) A variação em outras despesas no período encerrado em 2025, comparado com o mesmo período de 2024 foram decorrentes do provisionamento de contingências tributárias, bem como as provisões de natureza trabalhista, provisões honorários de consultorias e perdas de ajuste a valor justo; (e) A variação em outras receitas no período encerrado em 2025, em relação ao mesmo período de 2024 foram decorrente do crédito extemporâneo do ICMS conforme estabelece o Convênio ICMS nº 109/2024 que trata sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos da mesma titularidade e equiparadas a uma operação sujeita a ocorrência do fato gerador do imposto, foram considerados os benefícios concedidos pelo Estado do Pará, estes convênios no Confaz nos termos da Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio 190/2017 no valor de R\$ 92.505. RPJ/CSSL sobre subvenções no valor de R\$ 10.487, e ainda receita de ressarcimento de sinistros no valor de R\$ 2.728. As demais variações estão destacadas na letra (b) da abertura de despesas e receitas por natureza.: **Despesas e receitas por natureza:** Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza: **Custos dos produtos vendidos:**

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Custo de estoque, matéria-prima e insumos	(3.445.409)	(2.872.728)	
Salários, encargos e benefícios	(186.876)	(167.879)	
Depreciação e amortização	(17.498)	(16.807)	
Total	(3.649.783)	(3.057.214)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas:

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e benefícios	(83.405)	(86.606)	
Depreciação e amortização	(7.686)	(8.067)	
Despesa com comercialização	(64.760)	(58.755)	
Frete e armazenagem	(167.349)	(178.391)	
Despesas gerais com transportes	(6.737)	(6.010)	
Impostos e taxas	(3.337)	(4.573)	
Serviços de terceiros	(17.000)	(12.539)	
Resultado de equivalência patrimonial	(193)	(40.249)	
Outras despesas (a)	(80.663)	(142.898)	
Outras receitas (b)	110.487	142.898	
Total	(320.643)	(252.292)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas: (a) **Abertura do valor de outras despesas**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de natureza trabalhista	(203)	—
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	—	(245)
Provisão de natureza tributárias	(42.403)	—
Provisão de despesas com <i>detention</i> exportação	(390)	—
Provisão despesas com consultorias	(1.914)	—
Despesas de viagens e estadias	(3.081)	(2.953)

29. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	31/12/2025	%	31/12/2025	31/12/2024	%	31/12/2025
Custo dos prod. vendidos (a)	(3.649.783)	(85,5%)	(3.057.214)	(87,5%)		
Despesas administrativas (b)	(109.455)	(2,6%)	(114.540)	(3,3%)		
Comercial/Vendas (c)	(264.053)	(6,2%)	(262.997)	(7,5%)		
Total	(4.023.291)	(94,2%)	(3.434.751)	(98,3%)		
Outras despesas (d)	(58.782)	(1,4%)	(18.317)	(0,5%)		
Outras receitas (e)	110.487	2,6%	142.897	4,1%		
Total	51.705	1,2%	124.580	3,6%		

(a) A aquisição de bovinos para abate houve um aumento relevante em termos do custo do gado colocado para a companhia, que saltou 64 reais por arroba, 26,4%, impacto de 735 milhões. Já o volume de bovinos abatidos em 2025 foi menor, 648 mil cabeças contra 665 mil em 2024, 17 mil milhões abatidos a menos pela dificuldade na compra, impacto no peso de carcaças foi de 4,9 mil toneladas em relação a 2024, um impacto na conta de custos de 73 milhões de reais a menos; (b) As despesas administrativas recaíram frente um trabalho de eficiência nos processos trazendo principalmente uma redução de 0,7% sobre a receita líquida; (c) As despesas comerciais/vendas tiveram uma variação pequena e que foi reflexo do maior volume de vendas no período; (d) A variação em outras despesas no período encerrado em 2025, comparado com o mesmo período de 2024 foram decorrentes do provisionamento de contingências tributárias, bem como as provisões de natureza trabalhista, provisões honorários de consultorias e perdas de ajuste a valor justo; (e) A variação em outras receitas no período encerrado em 2025, em relação ao mesmo período de 2024 foram decorrente do crédito extemporâneo do ICMS conforme estabelece o Convênio ICMS nº 109/2024 que trata sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos da mesma titularidade e equiparadas a uma operação sujeita a ocorrência do fato gerador do imposto, foram considerados os benefícios concedidos pelo Estado do Pará, estes convênios no Confaz nos termos da Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio 190/2017 no valor de R\$ 92.505. RPJ/CSSL sobre subvenções no valor de R\$ 10.487, e ainda receita de ressarcimento de sinistros no valor de R\$ 2.728. As demais variações estão destacadas na letra (b) da abertura de despesas e receitas por natureza.: **Despesas e receitas por natureza:** Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza: **Custos dos produtos vendidos:**

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Custo de estoque, matéria-prima e insumos	(3.445.409)	(2.872.728)	
Salários, encargos e benefícios	(186.876)	(167.879)	
Depreciação e amortização	(17.498)	(16.807)	
Total	(3.649.783)	(3.057.214)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas:

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e benefícios	(83.405)	(86.606)	
Depreciação e amortização	(7.686)	(8.067)	
Despesa com comercialização	(64.760)	(58.755)	
Frete e armazenagem	(167.349)	(178.391)	
Despesas gerais com transportes	(6.737)	(6.010)	
Impostos e taxas	(3.337)	(4.573)	
Serviços de terceiros	(17.000)	(12.539)	
Resultado de equivalência patrimonial	(193)	(40.249)	
Outras despesas (a)	(80.663)	(142.898)	
Outras receitas (b)	110.487	142.898	
Total	(320.643)	(252.292)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas: (a) **Abertura do valor de outras despesas**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de natureza trabalhista	(203)	—
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	—	(245)
Provisão de natureza tributárias	(42.403)	—
Provisão de despesas com <i>detention</i> exportação	(390)	—
Provisão despesas com consultorias	(1.914)	—
Despesas de viagens e estadias	(3.081)	(2.953)

29. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	31/12/2025	%	31/12/2025	31/12/2024	%	31/12/2025
Custo dos prod. vendidos (a)	(3.649.783)	(85,5%)	(3.057.214)	(87,5%)		
Despesas administrativas (b)	(109.455)	(2,6%)	(114.540)	(3,3%)		
Comercial/Vendas (c)	(264.053)	(6,2%)	(262.997)	(7,5%)		
Total	(4.023.291)	(94,2%)	(3.434.751)	(98,3%)		
Outras despesas (d)	(58.782)	(1,4%)	(18.317)	(0,5%)		
Outras receitas (e)	110.487	2,6%	142.897	4,1%		
Total	51.705	1,2%	124.580	3,6%		

(a) A aquisição de bovinos para abate houve um aumento relevante em termos do custo do gado colocado para a companhia, que saltou 64 reais por arroba, 26,4%, impacto de 735 milhões. Já o volume de bovinos abatidos em 2025 foi menor, 648 mil cabeças contra 665 mil em 2024, 17 mil milhões abatidos a menos pela dificuldade na compra, impacto no peso de carcaças foi de 4,9 mil toneladas em relação a 2024, um impacto na conta de custos de 73 milhões de reais a menos; (b) As despesas administrativas recaíram frente um trabalho de eficiência nos processos trazendo principalmente uma redução de 0,7% sobre a receita líquida; (c) As despesas comerciais/vendas tiveram uma variação pequena e que foi reflexo do maior volume de vendas no período; (d) A variação em outras despesas no período encerrado em 2025, comparado com o mesmo período de 2024 foram decorrentes do provisionamento de contingências tributárias, bem como as provisões de natureza trabalhista, provisões honorários de consultorias e perdas de ajuste a valor justo; (e) A variação em outras receitas no período encerrado em 2025, em relação ao mesmo período de 2024 foram decorrente do crédito extemporâneo do ICMS conforme estabelece o Convênio ICMS nº 109/2024 que trata sobre as transferências de mercadorias entre estabelecimentos da mesma titularidade e equiparadas a uma operação sujeita a ocorrência do fato gerador do imposto, foram considerados os benefícios concedidos pelo Estado do Pará, estes convênios no Confaz nos termos da Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio 190/2017 no valor de R\$ 92.505. RPJ/CSSL sobre subvenções no valor de R\$ 10.487, e ainda receita de ressarcimento de sinistros no valor de R\$ 2.728. As demais variações estão destacadas na letra (b) da abertura de despesas e receitas por natureza.: **Despesas e receitas por natureza:** Apresentamos a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza: **Custos dos produtos vendidos:**

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Custo de estoque, matéria-prima e insumos	(3.445.409)	(2.872.728)	
Salários, encargos e benefícios	(186.876)	(167.879)	
Depreciação e amortização	(17.498)	(16.807)	
Total	(3.649.783)	(3.057.214)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas:

	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Salários, encargos e benefícios	(83.405)	(86.606)	
Depreciação e amortização	(7.686)	(8.067)	
Despesa com comercialização	(64.760)	(58.755)	
Frete e armazenagem	(167.349)	(178.391)	
Despesas gerais com transportes	(6.737)	(6.010)	
Impostos e taxas	(3.337)	(4.573)	
Serviços de terceiros	(17.000)	(12.539)	
Resultado de equivalência patrimonial	(193)	(40.249)	
Outras despesas (a)	(80.663)	(142.898)	
Outras receitas (b)	110.487	142.898	
Total	(320.643)	(252.292)	

Despesas gerais e administrativas, despesas de vendas, outras despesas e outras receitas: (a) **Abertura do valor de outras despesas**

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de natureza trabalhista	(203)	—
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	—	(245)
Provisão de natureza tributárias	(42.403)	—
Provisão de despesas com <i>detention</i> exportação	(390)	—
Provisão despesas com consultorias	(1.914)	—
Despesas de viagens e estadias	(3.081)	(2.953)

29. Custos e despesas

Apresentamos a seguir por natureza, e suas variações, classificadas por função:

	31/12/2025	%	31/12/2025	31/12/2024	%	31/12/2025
Custo dos prod. vendidos (a)	(3.649.783)	(85,5%)	(3.057.214)	(87,5%)		
Despesas administrativas (b)	(109.455)	(2,6%)	(114.540)	(3,3%)		
Comercial/Vendas (c)	(264.053)	(6,2%)	(262.997)	(7,5%)		
Total	(4.023.291)	(94,2%)	(3.434.751)	(98,3%)		
Outras despesas (d)	(58.782)	(1,4%)	(18.317)	(0,5%)		
Outras receitas (e)	110.487	2,6%	142.897	4,1%		
Total	51.705	1,2%	124.580	3,6%		

(a) A aquisição de bovinos para abate houve um aumento relevante em termos do custo do gado colocado para a companhia, que saltou 64 reais por arroba, 26,4%, impacto de 735 milhões. Já o volume de bovin

Diretoria		Conselho de Administração	
Luciano Castiglioni Pascon - Diretor Presidente	Djalma Gonzaga de Oliveira - Presidente Conselho	Britaldo Pedrosa Soares - Conselho Independente	
Carlos Eduardo Simões Correa - Diretor Adm. e Sustentabilidade	Marina Cacciolari de Oliveira Cançado - Conselheira	Ely David Mizhari - Conselho Independente	
Rogério José Bonato - Diretor de Comércio Exterior	Debora Bento de Oliveira - Conselheira	José Eduardo de Oliveira Miron - Conselho Independente	
Ulisses Gonzaga de Oliveira - Diretor Industrial	Leticia Amélia de Oliveira - Conselheira		
Contador			
Angelo Eduardo Rossini - CRC 1SP221257/O-5			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis			
Aos Acionistas e Administradores da Frigol S.A. Lençóis Paulista - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Frigol S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Frigol S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (<i>IFRS Accounting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais Assuntos de Auditoria (PAA): Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. Mensuração e análise da perspectiva de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo. Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes à prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis no montante de R\$ 219.504 mil (ativo não circulante), reconhecido com base em estudos que contém projeções de lucro tributável futuro. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve, entre outras particularidades, o uso de julgamentos que trazem subjetividade em relação às projeções de resultados tributáveis, podendo apresentar variações em relação aos dados e valores reais realizados. Sendo assim, a utilização de diferentes premissas e pressupostos estimativas (tais como receita de vendas e custo de commodities) pode modificar significativamente a perspectiva de realização desse ativo e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis. Dessa forma, esse assunto foi considerado um principal assunto de auditoria no exercício corrente. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação do desenho da estrutura de controles internos implementados pela administração relacionados à estimativa de lucro tributável futuro que suporta a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos; • Avaliação das análises preparadas pela administração, com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, a fim de verificar a razoabilidade do modelo utilizado pela administração na preparação das projeções de fluxo de caixa, a coerência lógica e aritmética do modelo, bem como avaliação da consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros mediante a comparação com orçamentos aprovados pela Diretoria executiva e premissas e dados de mercado; • Discussão com a administração sobre o plano de contingência; • Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser reavaliadas; • Envolvimento de nossos especialistas internos em tributos para avaliação das bases de cálculo de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis; • Análise sobre as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis; e • Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para mensuração e determinação do valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Ênfase: Representação dos valores correspondentes ao exercício anterior: Em 27 de março de 2025 emitimos nosso relatório de auditoria, sem modificação, sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes às referidas demonstrações contábeis, apresentadas para fins comparativos, estão sendo representados pela Companhia, conforme descrito na nota explicativa 5, para refletir correção de erro relacionada ao registro de parcelamento tributário (conforme descrito na citada nota explicativa). Consequentemente, os valores correspondentes às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão sendo representados como previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas contábeis internacionais (<i>IFRS Accounting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i>. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto. Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi			

★ continuação		Frigol S.A.	
		Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	
adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor. A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (<i>IFRS Accounting Standards</i>) emitidas pelo <i>International Standards Accounting Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia		continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar	
		nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia; • Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros	
		aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Ribeirão Preto, 03 de março de 2026  Grant Thornton Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP-036.768/O-4 F SP Marcelo Castro Valentini Contador CRC 1SP-239.472/O-2	